



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

CMPV 216/3

REQUERIMENTO:

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Número de Processo ____/____/____

Data de Entrada ____/____/____

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Praia da Vitória

(nome do requerente) _____,
Contribuinte (pessoa singular ou colectiva) nº _____, residente em (Rua/Avª) _____
_____, (nº) _____, (andar) _____,
(localidade) _____, (cód.postal) _____-_____,
freguesia de _____, com o telefone nº _____,
fax nº _____, e-mail _____, portador do Bilhete de Identidade/cartão do
cidadão nº _____ datado de ____/____/____, emitido pelo Arquivo de
Identificação de _____, vem, na qualidade de:

☐ Proprietário

☐ Mandatário

☐ Usufrutuário

☐ Superficiário

☐ Outro

(especificar) _____

requerer a V. Exª., se digne autorizar a **prorrogação do prazo** de (escolha opção):

☐ Entrega dos projetos das especialidades referentes ao Processo nº ____/____ na sequência do
projeto de Arquitetura aprovado por despacho do (a) _____ de ____/____/____ e transmitido ao
requerente pela notificação nº _____ de ____/____/____.

O pedido é efetuado ao abrigo do n.º 5, do Art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua
redação atual, e com o n.º 18, do ponto III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, tendo o
requerente conhecimento que o mesmo poderá ser prorrogado apenas por uma vez e por período não superior
a três meses sob pena de caducidade da deliberação de aprovação do projeto de arquitetura, sendo os
seguintes os fundamentos de facto:

☐ Obras de Urbanização (1ª Prorrogação), nos termos do n.º 3, do Art.º 53.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de
16 de dezembro, na sua redação atual, por um prazo de _____ (dias) do prazo fixado no alvará de licença
/ comunicação prévia apresentada (riscar o que não interessa) de obras de urbanização n.º ____/____ de
____/____/____ vigente por um prazo de ____ (dias) e referente ao processo n.º ____/____. O



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

CMPV 216/3

requerente toma conhecimento que a prorrogação ocorre uma só vez e por prazo não superior a metade do prazo inicial.

Fundamente o seguinte:

☐ **Obras de Urbanização (2ª Prorrogação)**, nos termos do n.º 4, do Art.º 53.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações, por um prazo de _____ (*dias*) do prazo fixado no alvará de licença / comunicação prévia apresentada (*riscar o que não interessa*) de obras de urbanização n.º _____/____ de ____/____/____ vigente por um prazo de _____ (*dias*) e referente ao processo n.º _____/____. O requerente toma conhecimento que a 2ª prorrogação só ocorre em fase de acabamentos e mediante o pagamento de uma taxa adicional. Fundamenta o seguinte:

☐ **Obras referidas nas alíneas c) a f), do n.º 2 e n.º 4 do artigo 4.º**, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, nos termos do n.º 5 do Art.º 58.º, do RJUE, por um prazo _____
Fundamenta o seguinte:

☐ **Obras referidas nas alíneas c) a f), do n.º 2 e n.º 4 do artigo 4.º**, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, sempre que tenha existido uma alteração da licença ou alteração aos projetos apresentados com a comunicação prévia como preceitua o n.º 7, do Art.º 58º do RJUE.

Fundamente o seguinte:

☐ **Realização da operação urbanística (especificar)** _____ na sequência da entrega de elementos, decorrente da notificação n.º _____/____ de ____/____/____ Fundamenta o seguinte: _____



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

CMPV 216/3

☐ Para entrega de elementos de resposta à notificação nº ____/____ referente ao Processo nº ____/____ num total de _____ dias a acrescentar ao prazo constante da notificação.

Fundamente o seguinte:

Pede Deferimento,

Praia da Vitória, ____ de _____ de 202__

O Requerente,

.....

Conferi os documentos (*assinatura legível*):

Categoria: Assistente Técnico



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

CMPV 216/3

Instruções

Juntar:

Para pedido de prorrogação referente a obras de urbanização, edificação e ou demolição:

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade e Cartão de contribuinte ou Cartão do Cidadão;
- ☐ Alvará de construtor emitido pelo INCI ao abrigo do Decreto-Lei 69/2011, de 15 de junho;
- ☐ Nova calendarização.

Base Legal e Regulamentar:

- Decreto - Lei 555/99 de 16 de dezembro, e ulteriores alterações;
- Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro;
- Regulamento de Urbanização e da Edificação do Município da Praia da Vitória.

As condições de apresentação dos elementos instrutórios, são as definidas no Anexo II da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

As entidades licenciadoras que ainda não disponham de procedimentos administrativos tramitados eletronicamente podem solicitar a entrega dos elementos instrutórios em formato papel, até à entrada em vigor da Plataforma Eletrónica dos Procedimentos Urbanísticos. (cfr. n.º 8, da Portaria 71-A/2024 de 27 de fevereiro)

Notas

- No caso de **pessoas coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

CMPV 216/3

- Na qualidade de **mandatário** deve juntar fotocópia da procuração;
- Na qualidade de **proprietário** ou **superficiário** deve juntar certidão da conservatória válida e quando o prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial acompanhada da fotocópia da caderneta predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio.
- No caso de **co-propriedade** deverá indicar todos os co-proprietários. Em caso de administração conjunta ou de empresa deverá ser apresentada fotocópia do registo comercial / pessoa coletiva.
- Na qualidade de **usufrutuário** deve juntar fotocópia da escritura notarial;
- O termo de responsabilidade do diretor de fiscalização e do diretor de obra, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto V da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.
- O termo de responsabilidade do autor do projeto, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.
- O termo de responsabilidade do coordenador do projeto, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto II da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.
- O termo de responsabilidade do autor/coordenador do projeto, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto III da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.
- O termo de responsabilidade do autor do plano de acessibilidades, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto IV da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.
- O termo de responsabilidade, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto VI da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.